

Arte, política e luta de classes: relativismo e objetividade na abordagem das produções musicais

Álvaro Bruno Amaral Carriello Teixeira*

Resumo: O presente ensaio crítico pretende recuperar os conceitos marxianos de arte e de política, abordando seus elementos distintivos e suas possibilidades de associação – partindo da especificidade de nosso atual contexto social e político, onde essas duas produções aparecem, muitas vezes, de forma essencialmente imbricada.

Palavras-chave: Karl Marx, Luta de Classes, Música, Política.

Art, politics and class struggle: relativism and objectivity in approach to musical productions

Abstract: The present critical essay seeks to recover Marxian concepts of art and politics by addressing its distinctive elements and their possibilities of association - starting from the specificity of our present social and political context, where these two productions often appear in an essentially imbricated way.

Keywords: Karl Marx, Struggle of Class, Music, Politics.

* abact1985@gmail.com.br.

ARTE, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES: RELATIVISMO E OBJETIVIDADE NA ABORGAGEM DAS PRODUÇÕES MUSICAIS

Início de pronto este ensaio com a seguinte afirmação: música não é política. Ou, sendo um pouco mais abrangente: *Arte* não é política. A arte, de fato, é uma produção que se liga a outras formas de produção humana. Falando já em termos mais gerais, é verdade também que a *cultura* é uma produção presente na atividade humana de modo geral, inclusive na política. Porém, o intuito desta reflexão é tentar distinguir e delimitar estas duas formações humanas, a saber: A *arte* e a *política*. Duas formações humanas que, apesar de serem de natureza essencialmente distinta, atualmente têm se confundido na cotidianidade e na consciência média de alguns setores sociais.

Tal afirmação categórica, de que arte e política são produções distintas, pode parecer controversa nos dias de hoje, com a significativa profusão das ditas “ações afirmativas” político-culturais, político-identitárias, ou mesmo dos “projetos sociais”, desdobramentos sócio-políticos das últimas pesquisas acadêmicas na área, que então rompem os portões das universidades e ganham capilaridade em alguns setores da sociedade. Apesar da aparência controversa da afirmação inicial desta reflexão, faz-se necessário, para uma compreensão mais precisa da realidade objetiva (onde a questão da arte aparece imbricada às questões econômicas e políticas, inserida no bojo das contradições da sociedade brasileira), uma análise teórica rigorosa que traga luz a essência de cada uma dessas questões, considerando suas particularidades no interior da totalidade social.

Segundo Marx, arte e política são formas de consciência e representação de relações sociais, representações do modo pelo qual os homens se relacionam para produzir e reproduzir sua vida material. Na obra *O indivíduo em Marx* OLIVEIRA (2015) discorre sobre a questão da seguinte forma:

As formações ideais são conjuntos de representações constituídas no decorrer da sociabilidade humana, são as formas da consciência dos homens – e nessa condição formam parte do conteúdo da consciência individual – que tomam diversas formas objetivas e exteriores aos indivíduos (diferentes da existência meramente subjetiva, portanto), tais como a arte, a ciência, a religião, a moral, a política, o direito. [...] ao considerarmos que o que os homens produzem e o modo como produzem constitui o que os homens realmente são, chegamos às representações que os indivíduos elaboram como sendo sempre e necessariamente sobre suas relações com a natureza, com os outros homens e sobre si mesmos enquanto homens. (OLIVEIRA, 2015, p. 72)

No entanto, apesar de serem formações ideais, arte e política são formas distintas de representação da realidade social. Ainda nas palavras da autora:

A arte assemelha-se, em muitos aspectos, à ciência. Primeiramente, ambas buscam desvendar a realidade concreta que se apresenta imediatamente como uma síntese de múltiplas determinações – um todo caótico que pode apenas ser conhecido através do processo abstrativo do pensamento, que deve ter o concreto como ponto de partida e ponto de chegada. A ciência realiza esta operação por meio da depuração de um momento do processo de trabalho (o momento ideal). A arte apreende numa síntese particular a efetividade das forças essenciais e os atos genéricos humanos próprios à existência universal do homem. (OLIVEIRA, 2015, p. 79)

Já sobre a política, a autora discorre do seguinte modo:

A base real do Estado é a base real da sociedade: o intercâmbio, a divisão do trabalho, a propriedade privada, as classes. É um conjunto de coisas, portanto, que não depende da vontade individual para existir – o Estado é a expressão desta separação entre os indivíduos reais, com suas reais necessidades, e o indivíduo abstrato, um ideal representado como de interesse social geral. O Estado expressa, assim, a contradição entre o indivíduo real e os interesses dominantes da sociedade capitalista. (OLIVEIRA, 2015, p. 90)

Como fica claro, a arte é uma forma de representação da realidade social que, semelhante à ciência, busca fazê-lo o mais fiel e genuinamente, porém de modo artístico, estético, particular. Já a política é também uma representação da realidade social, porém, numa forma estranhada, isto é, figurada no Estado, que é criação histórica do homem, mas que lhe defronta como um ser estranho, que independe da vontade ou do querer dos indivíduos. É o terreno onde o indivíduo real se aliena no indivíduo ideal, representado. Enquanto tal, como uma das formas do estranhamento, a política, portanto, deve ser superada.

Uma vez devidamente esclarecidas ambas as produções, arte e política, passemos agora ao esmiuçar dos processos sociais onde as duas formações se inter-relacionam e se interpenetram, o ponto central desta reflexão.

Marx e Engels, na obra *Manifesto do Partido Comunista* afirmam:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta,

ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. [...] A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que haviam no passado. (MARX, ENGELS, 2014, p. 39)

Assim, demonstrando o lugar central da luta de classes no conjunto da dinâmica social humana, assim como na produção da própria história, os autores assentam a pedra fundamental para a compreensão do desenvolvimento das sociedades de classes, em todas suas particularidades. A partir daí podemos então iniciar a argumentação central desta reflexão.

As relações sociais de produção da vida material em uma sociedade cindida em classes sociais estão sempre baseadas na exploração do trabalho, seja ele trabalho escravo, como o era na antiguidade clássica, servil, como no caso medieval, ou assalariado, como em sociedades capitalistas como a nossa. No entanto, apesar da relação de exploração entre classes – dominante e dominada – presente no núcleo das relações de produção de uma sociedade de classes, o desenvolvimento das forças produtivas assim como a própria produção em si, material e não-material - apesar desta ser necessariamente transpassada por uma série de contradições próprias da sociedade de classes - é um elemento *distinto*. Em seu desenvolvimento histórico, a humanidade produziu também uma grandiosa riqueza não-material (as artes, a filosofia e as ciências) no interior das sociedades de classes, sejam elas escravistas, feudais ou capitalistas, *apesar*, e até *a partir* desses mesmos antagonismos. Assim, para uma compreensão mais profunda das questões envolvendo música e política, é preciso se distinguir claramente esses dois elementos:

1. O desenvolvimento histórico das forças produtivas, ou seja, a capacidade, através da potencialização do trabalho humano, do desenvolvimento de formas cada vez mais capazes e eficazes de reprodução da vida, a partir da transformação do meio natural em valores de uso, em riqueza material, ao longo do desenvolvimento histórico das relações de produção: a divisão do trabalho, a propriedade privada e as classes sociais, por sobre as quais se estabelece a exploração da força de trabalho, a dominação de classe, o antagonismo entre classe dominante e classe dominada, a luta de classes.
2. A riqueza material e não-material produzida pelo homem no interior das sociedades de classes, necessariamente marcada pela luta de classes e pelas profundas contradições sociais que produz.

Tratando-se de riqueza não-material, foco mais específico deste ensaio, pode-se compreender facilmente tal questão através de um pequeno exemplo histórico. Somente

a partir da complexa divisão do trabalho desenvolvida pelos povos da antiguidade, mais especificamente entre os antigos gregos, por exemplo, foi possível a total separação de uma categoria de indivíduos dedicados exclusivamente ao trabalho do pensar, e, a partir de certo ponto, de produzir a filosofia. Somente por sobre essa divisão do trabalho é que foi possível então existir a desenvolvida filosofia grega, que tem como expoente, um pensador como Sócrates, por exemplo. E obviamente esta divisão do trabalho estava condicionada pela propriedade privada grega e pela exploração do trabalho escravo na Grécia. Assim, contraditoriamente, foi por sobre a exploração do trabalho escravo que a filosofia grega se desenvolveu, produzindo assim filósofos como Sócrates que superariam certas representações ideológicas que legitimavam a própria escravidão em Atenas, como mostra o diálogo platônico de Mênon.

Assim, não se trata, portanto, de descartar o conhecimento produzido por Sócrates pelo fato deste ter sido produzido por sobre a mazela social da escravidão. Este modo de produção foi já superado, porém o conhecimento produzido nesse período foi conservado e desenvolvido até os dias de hoje.

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc. “puras”. Mas mesmo essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral, etc. entrem em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações existentes estão em contradição com as forças de produção existentes. (MARX, ENGELS, 2007, p. 35)

Apesar da obra de Sócrates ter sido necessariamente transpassada pelas contradições da sociedade ateniense, por representações ideológicas, etc, isto não impede que, condicionado pelas condições históricas específicas de seu tempo, Sócrates tenha produzido verdadeiro conhecimento sobre a realidade humana.

Essa “alienação”, para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente sem propriedade e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um alto grau do seu desenvolvimento – e, por outro lado esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano

histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, são postos no lugar dos indivíduos locais. (MARX, ENGELS, 2007, p. 38)

O postulado revolucionário de Marx e Engels significa, portanto, ao mesmo tempo a *superação* das relações de produção baseadas na dominação de classe, e a conseqüente *conservação* e desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza produzida pela sociedade. Em outras palavras, falando de riqueza material, se postula, por exemplo, a abolição da propriedade privada dos meios de produção e distribuição de medicamentos, que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, resulta na super-concentração dos produtores e no conseqüente controle destes capitalistas sobre os preços, privando assim populações inteiras da cura apesar da alta tecnologia e abundância na produção de medicamentos, ao mesmo tempo, obviamente, que se postula a conservação e o desenvolvimento da grande indústria farmacêutica (o que é possibilitado pela abolição da propriedade privada) sob marcos socialistas, em toda sua capacidade de produzir e distribuir medicamentos eficazes, de acordo com as reais necessidades humanas, pondo assim essa importante força produtiva a serviço de toda a humanidade, e não predominantemente a serviço das classes dominantes.

Da mesma forma, voltando a questão da riqueza não-material, se postula, por exemplo, a *superação* da dominação de classe que necessariamente transpassa a produção da arte, a superação de preconceitos e ideologias arcaicas que se arrastam até os dias de hoje nessa área, e principalmente a superação das atuais condições sociais que necessariamente colocam tal riqueza à disposição somente de um pequeno grupo de indivíduos privilegiados enquanto priva a maioria da humanidade de sua fruição, enquanto, obviamente, se quer a *conservação* e o máximo *desenvolvimento* da arte em si, pondo, ao mesmo tempo, essa riqueza à disposição de toda a humanidade. Algo que, no caso específico de nossos dias, é algo necessário sobretudo para a perpetuação dessa própria riqueza não-material, que em nosso atual estado de coisas não pode se libertar (no caso das artes assim como da filosofia e das ciências) do relativismo, do experimentalismo vazio, em suma, de seu atual estado de decadência. Assim, o processo de apropriação das artes por parte das classes dominadas é ao mesmo tempo o processo de humanização dos indivíduos dessa classe, e ao mesmo tempo o processo de re-humanização da própria arte.

Chegou-se a tal ponto, portanto, que os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas, não apenas para chegar à

autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência. Essa apropriação está primeiramente condicionada pelo objeto a ser apropriado – as forças produtivas desenvolvidas até formar uma totalidade e que existem apenas no interior de um intercâmbio universal. Sob tal perspectiva, portanto, tal apropriação tem de ter um caráter correspondente às forças produtivas e ao intercâmbio. A apropriação destas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos. Essa apropriação é, além disso, condicionado pelos indivíduos que apropriam. Somente os proletários atuais, inteiramente excluídos de toda autoatividade, estão em condições de impor sua autoatividade plena, não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no decorrente desenvolvimento de uma totalidade de capacidades. (MARX, ENGELS, 2007, p. 73)

Em uma palavra: numa perspectiva revolucionária, não se quer o subdesenvolvimento ou a estagnação das potencialidades humanas, mas, no caso de nossa atual sociabilidade capitalista, se postula destituir a riqueza material e não-material socialmente produzida de sua atual forma burguesa, contraditória, atrasada e decadente.

Após esse esclarecimento, podemos retornar então às questões específicas acerca de arte e política. Como escrevem Marx e Engels, ainda na obra *Manifesto do Partido Comunista*: “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.” (MARX, ENGELS, 2014, p. 57)

Fica claro que, nos embates da luta de classes, o processo de conquista da emancipação por parte das classes dominadas começa pela sua organização enquanto classe e pela conquista do poder político direto, uma vez que é nessa arena, a arena política - expressão da oposição entre os indivíduos reais e os interesses da classe dominante - que se dão mais clara e abertamente o desenrolar da luta de classes.

Para além da validade ou não-validade estética de uma certa produção musical, nos processos de fortalecimento do movimento revolucionário desta classe, uma tal produção pode, devido à circunstâncias variáveis, ser de grande valia para a conscientização e unificação em torno da causa destes indivíduos. Porém essa funcionalidade imediata se dissipa em si mesma, uma vez que a conquista de efetiva emancipação pressupõe justamente a apropriação por esta classe de toda riqueza social em suas formas mais desenvolvidas, tanto a riqueza material (meios de produção) quanto a não-material (no nosso caso, as artes), ou seja, toda a riqueza humana a qual

essa classe, na condição de dominada, é quase que inteiramente privada. Nesse movimento revolucionário de ascensão à condição de classe dominante, muitas dessas produções, expressão da dominação, quase sempre limitadas à sua funcionalidade, naturalmente perderão seu sentido de luta e ganharão sentido exclusivamente histórico, expressão de uma forma de sociabilidade já superada. Darão lugar naturalmente a produções mais condizentes com as novas condições de emancipação.

“A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real.” (MARX, 2013, p. 151)

As atuais formas de produção musical proveniente das classes dominadas, diferentemente do que já foi em estágios anteriores, em geral não possuem sentido ou valor estético algum, pois foram totalmente convertidas em mercadorias, e apresentam apenas seu próprio valor comercial, seu valor de troca. São, em si mesmas, a expressão da total desumanização, mesmo que não sejam produzidas em condições de miséria material. São, no melhor dos casos, expressões de um certo estado de precariedade geral. No máximo, protestos mais ou menos relevantes contra tais condições.

Pressupondo o *homem* enquanto *homem* e seu comportamento com o mundo enquanto um comportamento humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se tu queres fruir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador. Cada uma de tuas relações como o homem e com a natureza – tem de ser uma externalização *determinada* de tua vida *individual efetiva* correspondente ao objeto da tua vontade. Se tu amas sem despertar amor recíproco, se mediante tua *externalização de vida como homem amante não te tornas homem amado, então teu amor é impotente, é infelicidade.* (MARX, 2010, p. 161)

Pode-se dizer que as atuais produções musicais identificadas com as classes dominadas que possuem, ainda que de forma meramente funcional, alguma notabilidade, para além do mero valor comercial, o possuem somente por serem uma expressão pouco desenvolvida da própria *impotência* política dessa classe. No entanto, ainda que de forma nebulosa e latente, essa expressão de impotência política contém em si o próprio desejo de *potência*.

Assim, fica evidente como é completamente inefetivo pensar em qualquer forma de afirmação política dessa classe através daquilo que é justamente uma expressão de sua impotência e debilidade política. Antes é necessário conquistar força política *efetiva* através da construção de mínimas condições materiais para o desenvolvimento, conscientização, educação e organização contínua dessa classe. É somente num processo como esse que os indivíduos dessa classe poderão voltar a produzir, mesmo que ainda não de forma plena, uma música autêntica, própria, inserida numa cultura de

luta efetiva contra a dominação; produções que serão então de fato afirmativas, que fortalecerão a luta política justamente porque serão produzidas no interior da luta política real.

Assim, a partir de tais esclarecimentos, fica perceptível que as teorias sócio-culturais vigentes, apesar de sua aparência progressista e carregada de crítica social, são uma expressão teórica de posicionamentos políticos conservadores, pois não visam superar os antagonismos e contradições sociais, mas apenas torná-los mais aceitáveis. Posições essas que só se sustentam, junto com suas teorizações, num estado de coisas relativamente estável, em momentos onde a luta de classes se encontra menos aberta, velada. Em momentos mais extremados ou decisivos, essas posições perderão sua aparência progressista e se revelarão conservadoras, retrógradas e partidárias da manutenção da ordem social tal como ela é.

A propagação de tais teorias e sua conseqüente prática se irradiou inclusive em partidos e movimentos de base marxista. Tais teorias se expressam em práticas políticas fetichizadas, espetacularizadas, e por isso mesmo completamente falseadas e inefetivas. Abstraindo das condições *reais* em que atualmente se encontram as classes subalternas, sua atual consciência e formas de representação, tais práticas se reduzem a mera imitação fetichizada da identidade musical desses setores subalternos. Expressam a culpa moral, típica das classes intermediárias, pequeno-burguesas, de sua própria condição social em relação às classes subalternas, que assim encontra uma forma ilusória de expurgo dessa mesma culpa moral na involução falseada ao nível de consciência das classes subalternas.

Tal involução falseada pode ser fácil e claramente evidenciada se, no lugar da música, foco mais específico deste trabalho, se ponha um exemplo na área das artes plásticas ou visuais. Basta se imaginar que um certo coletivo ou movimento político, concebido com mínima honestidade e orientação marxista, pretenda se basear portanto no atual gosto das classes subalternas por novelas televisivas e pinturas comerciais produzidas em massa, compradas em shoppings centers, para constituir seu ideário, ao invés da melhor literatura e pintura, pois estas, segundo os ideólogos pós-modernos, seriam produções que carregam intrinsecamente uma identidade burguesa. Assim, através de simples exemplos, é possível facilmente se atestar tamanha arbitrariedade.

Pretendo, portanto, com esse ensaio, promover o debate acerca de tais questões. Debate este que atualmente ou é inexistente, ou se encontra em marcos teóricos distantes do pensamento marxiano. Procuo assim contribuir com o avanço do debate político, ao mesmo tempo na tentativa de lançar bases mais sólidas para os estudos marxianos sobre a arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. *O Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Manoela Hoffman. *O Indivíduo em Marx*. São Paulo, Alameda, 2015.